

CHAMADA PÚBLICA IPEA/PNPD Nº 080/2014 - SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA CONCESSÃO DE BOLSAS

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que desenvolve pesquisas e fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e avaliação de políticas e programas de desenvolvimento, CONVIDA os interessados a apresentarem propostas nos termos aqui estabelecidos para seleção pública de candidatos a bolsa pesquisa, no âmbito Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional – PNPD do Programa de Mobilização da Competência Nacional para Estudos sobre o Desenvolvimento - PROMOB.

1. OBJETO

A presente Chamada tem por objetivo selecionar interessados, para concessão de bolsa pesquisa, que atendam aos requisitos do Termo de Referência constante no Anexo I e no REGULAMENTO desta Chamada, em realizar pesquisa no projeto “**Subsídios ao Acompanhamento e Análise da Política Pública de Juventude**”.

2. QUANTIDADE E DURAÇÃO DAS BOLSAS

Serão concedidas 06 (seis) bolsas, com duração prevista de 08 (oito) meses, podendo ser renovada.

3. REQUISITOS DOS CANDIDATOS

CANDIDATO 1 – ASSISTENTE DE PESQUISA I (GRADUADO-PRESENCIAL)

- 3.1.** Ter graduação na área de Ciências da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia ou Museologia;
- 3.2.** É desejável possuir experiência de organização de Centro de Documentação;
- 3.3.** É desejável conhecimento de software Dspace;
- 3.4.** Ter disponibilidade para atuação presencial em Brasília–DF.

CANDIDATO 2 – ASSISTENTE DE PESQUISA I (GRADUADO-PRESENCIAL)

- 3.1.** Ter graduação nas áreas de Ciências Humanas e/ou Agrárias;
- 3.2.** É desejável ter experiência profissional e/ou acadêmica relacionada à questão agrária brasileira, ter realizado trabalhos ou participado de projetos de pesquisa sobre juventude rural, agricultura familiar, pobreza e/ou desigualdade no campo;
- 3.3.** Ter disponibilidade para atuação presencial em Brasília–DF, e para realizar eventuais viagens a campo que se fizerem necessárias.

CANDIDATO 3 – ASSISTENTE DE PESQUISA III (MESTRE – PRESENCIAL)

- 3.3.** Ter título de mestre em Estatística, Ciências Sociais e/ou Ciências Econômicas;
- 3.3.** É desejável possuir domínio de utilização e manipulação de bases de dados e de softwares estatísticos e econométricos (SPSS, R, Stata, SAS, Pandas/Python) e;
- 3.4.** Ter disponibilidade para atuação presencial em Brasília–DF.

CANDIDATO 4 e 5 – ASSISTENTE DE PESQUISA III (MESTRE – PRESENCIAL)

- 3.4.** Ter título de Mestre na área de . Ciências Humanas e/ou Educação;
- 3.5.** É desejável possuir experiência em análise de temas relacionados à juventude e/ou políticas públicas;
- 3.6.** É necessário possuir boa redação;
- 3.7.** Ter disponibilidade para atuação presencial em Brasília–DF.

5. CANDIDATO 6 – DOUTOR (PRESENCIAL)

- 3.5. Ter título de doutor na área de Ciências Humanas;
- 3.6. É desejável possuir experiência em análise de políticas públicas de juventude;
- 3.7. É desejável possuir boa redação;
- 3.8. Ter disponibilidade para atuação presencial em Brasília–DF.

4. PARA TODOS OS CANDIDATOS

- 4.1. Não ter recebido bolsa IPEA na modalidade oferecida por período igual ou superior a 12 (doze) meses, exceto se, no ato da implementação da bolsa, houver cumprido o interstício de 01 (um) ano;
- 4.2. Não possuir bolsa IPEA ou de outra instituição no ato da implementação desta bolsa, salvo se a bolsa de outra instituição estiver suspensa;
- 4.3. Caso tenha vínculo com Instituições Públicas nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, deverá exercer a função ou cargo de Pesquisador, Professor Universitário ou equivalente;
- 4.4. Caso o candidato tenha possuído bolsa de pesquisa do IPEA e em seu relatório final tenha obtido avaliação péssima, ou caso esteja em situação de pendência na entrega de relatórios de atividades, este poderá, a critério do comitê julgador, ser desclassificado;
- 4.5. Os títulos obtidos no exterior só serão aceitos se e somente se forem validados por universidade pública em conformidade com a legislação vigente.

5. APRESENTAÇÃO E ENVIO DAS CANDIDATURAS

5.1. A solicitação deve ser apresentada, pelo candidato, mediante o cadastramento de seus dados no Sistema de Cadastro de Bolsista, disponível na página do IPEA **www.ipea.gov.br**, mediante a seleção do projeto de interesse, anexando:

- a) Currículo ou informando endereço *lattes*; e
- b) Proposta de execução do projeto, que deve ser anexada nos moldes do item 3 do Regulamento. **(Somente para os candidatos: Candidato 3 – assistente de pesquisa III (Mestre – Presencial, Candidato 4 e 5 – Assistente de Pesquisa III (Mestre – Presencial e Candidato 6 – doutor - Presencial))**

5.2. Para candidatos que já possuem o cadastro, será necessário acessar a ferramenta, selecionar o projeto e anexar à documentação mencionada no item 5.1. desta Chamada Pública.

5.3. Constatando-se projetos idênticos encaminhados por diferentes candidatos, todas as propostas envolvidas serão desclassificadas.

5.4. Os projetos de pesquisas citados na letra “b” do item 5.1 não serão desenvolvidos no âmbito desta Chamada Pública, e terão meramente o papel de objeto para a avaliação do candidato pelo Comitê Julgador.

6. CRONOGRAMA

EVENTOS	DATAS
Início do envio das candidaturas	20 de junho de 2014.
Data limite para submissão das candidaturas	09 de julho de 2014.
Divulgação dos resultados no Diário Oficial da União e na página do IPEA na internet	A partir de 21 de julho de 2014.
Início das bolsas	A partir de agosto de 2014.

6.1. As solicitações devem ser enviadas ao IPEA até às 23h:59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), horário de Brasília, na data limite para submissão das candidaturas. No entanto, o Sistema de Cadastro de Bolsista - SCB receberá propostas com tolerância até às 12h (doze horas) do dia útil posterior à data de submissão das candidaturas, horário de Brasília.

6.2. Recomenda-se o envio das propostas com antecedência, uma vez que o IPEA não se responsabiliza por propostas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos e congestionamentos.

7. DOS ESCLARECIMENTOS E DAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Os esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo desta Chamada poderão ser obtidos por intermédio do endereço eletrônico **pnpd@ipea.gov.br** e telefones **(61) 3315-5219/5672**, referenciando-se ao número da Chamada e nome do projeto.

8. DA ANULAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA

8.1. A qualquer tempo, a presente Chamada Pública poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, a critério do IPEA, sem que isso implique em direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

8.2. O IPEA poderá cancelar a presente chamada pública caso o Comitê julgador não se pronuncie no prazo de 30 dias a contar da entrega das propostas para análise.

9. IMPUGNAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA

9.1. A presente chamada pública poderá ser impugnada por pesquisador que atenda os requisitos de candidatos constantes no item 3 (três), da presente chamada, até o segundo dia útil anterior ao prazo final estabelecido para submissão das candidaturas.

9.2. Decairá do direito de impugnar os termos da presente chamada o candidato que não o fizer até o segundo dia útil anterior ao prazo final estabelecido para submissão das candidaturas. Não terá efeito de recurso a impugnação feita por aquele que, em o tendo aceito sem objeção, venha apontar, posteriormente ao julgamento, eventuais falhas ou imperfeições.

9.3. A impugnação deverá ser dirigida à Coordenação responsável pela Chamada Pública, por meio eletrônico, para o endereço **pnpd@ipea.gov.br**.

10. CLÁUSULA DE RESERVA

O IPEA reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas na presente Chamada.

Brasília, 18 de junho de 2014.

BERNARDO FIGUEIREDO SILVA

Coordenador Geral de Serviços Corporativos e Apoio à Pesquisa - Substituto

REGULAMENTO

1. OBJETIVO

A presente chamada tem por objetivo apoiar atividades de pesquisa, mediante a seleção de pesquisadores para atuação nos projetos relacionados, em conformidade com as condições estabelecidas deste REGULAMENTO e nas normas contidas na Portaria IPEA/PROMOB Nº 491, de 28 de dezembro de 2010 e Portaria IPEA/PNPD Nº 492 de 29 de dezembro de 2010, que faz parte integrante da presente chamada independente de transcrição.

2. DAS INFORMAÇÕES DO PROJETO

O detalhamento do projeto está descrito no Termo de Referência, Anexo I da presente chamada, onde consta:

- a) Título do Projeto;
- b) Propósito do Trabalho;
- c) Atividades a serem desenvolvidas pelo Bolsista; e
- d) Resultados Esperados.

3. REQUISITOS DOS CANDIDATOS

O candidato deverá atender aos requisitos constantes do item 3 da Chamada Pública, os quais serão avaliados pelo comitê julgador mediante análise curricular, e deverão também apresentar proposta de projeto, conforme modelo previsto no Anexo II da presente Chamada, composto de:

- a) Título do projeto;
- b) Contextualização da inserção nos eixos temáticos do IPEA do projeto proposto;
- c) Objetivos gerais e específicos;
- d) Justificativa;
- e) Referencial teórico;
- f) Metodologia proposta;
- g) Atividades e cronogramas;
- h) Resultados esperados;
- i) Referências Bibliográficas;
- j) Outras informações relevantes.

4. Modalidades e Valores das Bolsas

Quantidade	Modalidade	Valor Unitário em R\$
02	Assistente de Pesquisa I (Graduado Presencial)	1.500,00
03	Assistente de Pesquisa III (Mestre Presencial)	2.500,00
01	Doutor	5.200,00

4.1. O candidato vinculado a Instituição Pública deverá apresentar autorização da instituição de origem, comprovando, ainda, que a legislação que rege sua carreira permite atuação em projetos de pesquisa do IPEA.

4.2. Os candidatos selecionados que possuam vínculo com Instituições Públicas nas esferas Federal, Estadual ou Municipal só poderão ser contemplados com as bolsas de pesquisa se exercerem cargos de Pesquisador, professor Universitário ou equivalentes. Estes candidatos serão enquadrados na Modalidade de Pesquisador Visitante com o valor referente de R\$ 3.800,00.

4.3. Caso a modalidade inicialmente prevista estiver fixada em valor inferior ao indicado, no item anterior prevalecerá a modalidade de menor valor.

5. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

A seleção das propostas submetidas ao IPEA, em atendimento a esta Chamada, será realizada por intermédio de análises e avaliações comparativas por comitê interno nomeado para esse fim quanto ao mérito técnico-científico do projeto proposto nas seguintes notas:

NOTA: (0) Insuficiente; (1 – 4) Fraco; (5 – 6) Regular; (7 – 8) Bom – (9-10) Excelente

PESO NOTA: (1 a 5)

5.1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA TODOS OS CANDIDATOS:

a) Poderá, a critério do comitê julgador, ser desclassificado o candidato que obtiver nota final inferior a 50% do total proposto na presente chamada;

b) Poderá, a critério do comitê julgador, ser convocado para entrevista somente os três candidatos melhores pontuados nos demais itens.

CANDIDATO 1 – ASSISTENTE DE PESQUISA I (GRADUADO-PRESENCIAL)

ITEM	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	PESO
A	Competência e experiência do candidato em relação ao tema	3
B	Análise de currículo	1
C	Entrevista	1

CANDIDATO 2 – ASSISTENTE DE PESQUISA I (GRADUADO-PRESENCIAL)

Item	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	PESO
A	Competência e experiência do candidato em relação ao tema	3
B	Análise de currículo	1
C	Entrevista	1

CANDIDATO 3 – ASSISTENTE DE PESQUISA III (MESTRE – PRESENCIAL)

ITEM	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	PESO
A	Conhecimento em utilização e programação de softwares estatísticos e econométricos (R, Stata, SPSS, SAS, Pandas/Python)	3
B	Conhecimento de utilização e manipulação de bases de dados;	3
C	Consistência e aderência da proposta de plano de trabalho a este Termo de Referência	2
D	Entrevista	1

CANDIDATO 4 e 5 – ASSISTENTE DE PESQUISA III (MESTRE – PRESENCIAL)

ITEM	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	PESO
A	Competência e experiência do candidato em relação ao tema	3
B	Prova de Redação	2
C	Consistência e aderência da proposta de plano de trabalho a este Termo de Referência	2
D	Entrevista	1

5. CANDIDATO 6 – DOUTOR (PRESENCIAL)

ITEM	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	PESO
A	Competência e experiência do candidato em relação ao tema	3
B	Consistência e aderência da proposta de plano de trabalho a este Termo de Referência	2
C	Entrevista	1

6. RESULTADO DO JULGAMENTO

A relação dos candidatos aprovados será divulgada na página eletrônica do IPEA, disponível na Internet no endereço **www.ipea.gov.br** e seu extrato publicado no **Diário Oficial da União**.

7. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1. Caso o proponente queira interpor recurso ao resultado do julgamento das propostas, poderá apresentar recurso, por meio do e-mail **pnpd@ipea.gov.br**, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da data da publicação do resultado no Diário Oficial da União.

7.2. O recurso deverá ser dirigido a Comitê Julgador que, após exame, encaminhará para deliberação final da Presidência do IPEA.

7.3. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos. O prazo só se inicia e vence em dias de expediente no IPEA.

8. DA CONCESSÃO DAS BOLSAS

8.1. O (A) candidato (a) deverá manifestar interesse na concessão da bolsa, pelo e-mail **pnpd@ipea.gov.br**, no prazo de 5 (cinco) dias corridos após a publicação dos resultados, sob pena de não ter a bolsa implementada.

8.2. As bolsas serão concedidas na duração prevista em conformidade a Portaria IPEA Nº 491, de 28 de dezembro de 2010, e Nº 492, de 29 de dezembro de 2010 e base no item 2 da presente Chamada, mediante a apresentação, no prazo determinado por comunicação oficial do IPEA, dos seguintes documentos:

- a) Formulário de Solicitação de Bolsa;
- b) Termo de Compromisso assinado em duas vias;
- c) Autorização da instituição de origem para atuação no projeto (para candidatos vinculados a órgãos públicos);
- d) Cópia da carteira de identidade;
- e) Cópia CPF;
- f) Comprovante de Residência (emitido nos últimos 90 dias);
- g) Comprovante de escolaridade; e
- h) Comprovante Bancário de conta corrente.

8.3. As publicações científicas e qualquer outro meio de divulgação de trabalho de pesquisa, apoiados pela presente Chamada, deverão citar, obrigatoriamente, o apoio do IPEA.

8.4. Caso haja desistência do selecionado ou cancelamento da bolsa, poderá ser convocado o segundo colocado e assim sucessivamente, a fim de dar continuidade às atividades do projeto de pesquisa.

8.5. Após o término do projeto os pesquisadores poderão ser convocados para atuar como colaboradores do IPEA.

9. CANCELAMENTO DA CONCESSÃO

A concessão da bolsa poderá ser cancelada pela Presidência do IPEA, por ocorrência, durante sua implementação, de fato que justifique o cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis em decisão devidamente fundamentada ou pelo coordenador caso o bolsista não apresente desenvolvimento condizente com o previsto no respectivo Termo de Referência e projeto aprovado.

10. PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS

É de exclusiva responsabilidade de cada candidato adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais de caráter ético ou legal, necessárias para a execução do projeto.

11. DOS AJUSTES DOS PROJETOS APROVADOS

O projeto aprovado poderá sofrer ajustes junto à Diretoria interessada, visando à adequação ao Plano de Trabalho do IPEA e as suas metas institucionais.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As informações geradas com a implementação das propostas selecionadas serão de domínio IPEA, disponibilizadas em sua base de dados, com divulgação ao público.

13. ANEXO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DE CONCESSÃO DE BOLSA PESQUISA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PROJETO

ANEXO III – EMENTAS DOS EIXOS TEMÁTICOS

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA DE CONCESSÃO DE BOLSA PESQUISA

1. TÍTULO DO PROJETO

“Subsídios ao Acompanhamento e Análise da Política Pública de Juventude”.

2. PROPÓSITO DO TRABALHO

A experiência de atuação conjunta, do IPEA e da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ/PR, em seminários temáticos que colocaram a juventude em pauta e, especialmente, das diversas análises da inserção da temática da juventude nas políticas sociais brasileiras que compuseram a edição nº 15 do Boletim Políticas Públicas: Acompanhamento e análise, posteriormente editadas no livro Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Portanto, constituem as referências orientadoras do presente projeto. Para que tal esforço de articulação e análise tenha prosseguimento é necessário que as recomendações que emergiram deste trabalho sejam levadas adiante, o que requer o aprimoramento do trabalho de avaliação não somente com o uso de indicadores já disponíveis, mas também com o apoio de um esforço de construção de instrumentos afinados de análise das ações em curso. O presente projeto, portanto, insere-se num círculo já iniciado, para o qual quer contribuir ampliando suas possibilidades de consolidação.

Elaboração de diagnóstico sobre a situação social da juventude brasileira na última década, bem como oferecer subsídios para o acompanhamento e avaliação da Política Nacional de Juventude no que diz respeito a temas prioritários relacionados à área.

Os objetivos específicos são de definir indicadores, elaboração de tabelas e gráficos seguindo os grupos de idade estabelecidos pelo Conjuve (Ipea/SNJ):

- Produção de relatório descritivo sobre a situação social da juventude (Ipea);
- Produção de análises sintéticas sobre aspectos relevantes da situação social da juventude (Ipea);
- Levantamento de avaliações dos programas e ações de juventude existentes no Governo Federal (Ipea/SNJ);
- Seleção de indicadores pertinentes ao acompanhamento e avaliação das iniciativas voltadas para a juventude (Ipea/SNJ);
- Produção de documento que funcione como guia para a continuidade da avaliação das iniciativas examinadas (Ipea/SNJ).

3. ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELOS BOLSISTAS

CANDIDATO 1 – ASSISTENTE DE PESQUISA I (GRADUADO-PRESENCIAL)

- Realizar levantamento de publicações relacionadas à temáticas de políticas públicas de juventude em repositórios virtuais;
- Auxiliar, sob supervisão técnica, no processo de gestão da informação (processo técnico) do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Públicas de Juventude;
- Auxiliar, sob supervisão técnica, no processo de gestão da informação (processo técnico) da Biblioteca Digital do Participatório.

CANDIDATO 2 – ASSISTENTE DE PESQUISA I (GRADUADO-PRESENCIAL)

- Realizar revisão bibliográfica sobre juventude rural e políticas públicas;
- Elaborar relatórios técnicos, a partir dos resultados dos dados e bibliografia levantados.

CANDIDATO 3 – ASSISTENTE DE PESQUISA III (MESTRE – PRESENCIAL)

- Apoiar no levantamento e análise de dados relacionados ao projeto de pesquisa;
- Auxiliar na organização, documentação e disponibilização de bases de dados em SAS, SPSS, Stata e R a partir de bases de dados primárias geradas pelo IPEA e bases de dados secundárias fornecidas por instituições públicas e privadas;
- Confeccionar relatórios onde haja a utilização de ferramentas estatísticas e de sistemas de informações geográficas;

CANDIDATO 4 e 5 – ASSISTENTE DE PESQUISA III (MESTRE – PRESENCIAL)

- Elaborar pesquisa bibliográfica pertinente à questão das políticas públicas de juventude;
- Realizar pesquisas em bancos de dados e arquivos a serem disponibilizados ou indicados pelo IPEA;
- Análise crítica dos resultados quantitativos e qualitativos, com apoio na bibliografia referente à questão;
- Elaborar relatórios técnicos, a partir dos resultados das análises realizadas.

5. CANDIDATO 6 – DOUTOR (PRESENCIAL)

- Realizar análises da evolução de indicadores sociais e econômicos para a população na faixa etária entre 15 e 29 anos nos últimos anos;
- Realizar acompanhamento das principais políticas públicas de juventude no Brasil;
- Elaborar proposta contendo recomendações de metas a serem alcançadas pelo Governo Federal referente a implementação de políticas públicas de Juventude.

4. RESULTADOS ESPERADOS

- Elaboração de relatórios com diagnóstico sobre a situação social da juventude brasileira, com análise de temas relevantes, acordados entre a SNJ e o IPEA.
- Acervo de indicadores para elaboração de tabulações, gráficos e cartogramas temáticos sobre a juventude brasileira;
- Elaboração de Notas Técnicas que ofereçam subsídios para o acompanhamento e avaliação das políticas nacionais de juventude.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PROJETO

MODELO DA CAPA

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional - PNPD

PROPOSTA DE PROJETO

Nome do Candidato:

Projeto/Pesquisa:

- () **CANDIDATO 3 – ASSISTENTE DE PESQUISA III (MESTRE – PRESENCIAL)**
- () **CANDIDATO 4 e 5 – ASSISTENTE DE PESQUISA III (MESTRE – PRESENCIAL)**
- () **CANDIDATO 6 – DOUTOR (PRESENCIAL)**

Chamada Pública PNPD nº ____/____

ANEXO II – CONTINUAÇÃO

ROTEIRO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO

- 1) O projeto deverá constar os seguintes itens:
 - 1.1 Contextualização da proposta quanto à inserção nos eixos temáticos do IPEA
 - 1.2 Objetivo geral
 - 1.3 Objetivos específicos
 - 1.4 Justificativa
 - 1.5 Referencial teórico
 - 1.6 Metodologia proposta
 - 1.7 Atividade e cronogramas
 - 1.8 Resultados esperados
 - 1.9 Outras informações relevantes
 - 1.10 Referências Bibliográficas

IMPORTANTE:

- a) Tipo de arquivo: “doc” ou “pdf”.

ANEXO III - EMENTAS DOS EIXOS TEMÁTICOS

1. Inserção Internacional Soberana

Uma Nação, para entrar em rota sustentada de desenvolvimento, deve necessariamente dispor de autonomia elevada para decidir acerca de suas políticas internas e também daquelas que envolvem o relacionamento com outros países e povos do mundo. Para tanto, deve buscar independência e mobilidade econômica, financeira, política e cultural; ser capaz de fazer e refazer trajetórias, visando reverter processos antigos de inserção subordinada e desenhar sua própria história.

2. Macroeconomia para o Desenvolvimento

O movimento das forças de mercado, por si só, não é capaz de levar economias capitalistas a situações socialmente ótimas de emprego, geração e distribuição de renda. Desta maneira, o pleno emprego dos fatores produtivos (como a terra, o capital, o trabalho e o conhecimento) passa a ser interesse e objetivo coletivos, apenas possível por um manejo de políticas públicas que articule virtuosamente os diversos atores sociais em torno de um projeto de desenvolvimento nacional sustentável e incluyente.

3. Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia

Não existe experiência exitosa de desenvolvimento que tenha prescindido do Estado como ator estratégico nos processos nacionais de construção econômica, social e política. Paralelamente, por mais que as economias e alguns processos sociopolíticos estejam internacionalizados, importantes dimensões da vida social permanecem sob custódia das políticas nacionais, aprofundando a ideia de que o Estado-Nação é ainda a principal referência no que se refere à regulação das diversas dinâmicas que se desenrolam em seu espaço territorial. Sendo assim, é imprescindível refletir sobre os arranjos institucionais mais adequados para conjugar Estado, mercado e sociedade em torno de um modelo de desenvolvimento *incluyente, soberano e sustentável*, que seja a meta da Nação brasileira e o objetivo maior das políticas públicas.

4. Estruturas Tecnológica e Produtiva Avançadas e Regionalmente Articuladas

O entendimento de que o desenvolvimento de um país soberano não pode prescindir de uma estrutura produtivo-tecnológica avançada traz como imperativo a valorização da pesquisa e desenvolvimento em C&T como elemento indispensável do desenvolvimento nacional. Por outro lado, a compreensão de que essa estratégia e estrutura a ser implementada deve ser regionalmente articulada faz com que temáticas ligadas à territorialização e regionalização do desenvolvimento adquiram centralidade na agenda pública. Por isso, esta dimensão do desenvolvimento abrange temas de organização produtiva e economia regional. Inclui ainda aspectos referentes à estrutura produtiva e à política de C&T, P&D, inovação e competitividade, como condicionantes de uma estratégia de desenvolvimento que reduza as desigualdades existentes no país.

5. Infra-Estrutura Econômica, Social e Urbana

A adequação da infraestrutura e logística de base é uma dimensão fundamental do desenvolvimento nacional. Nela, tem destaque a atualização da matriz energética brasileira e a expansão adequada da infraestrutura econômica e social do país, com destaque para a complementaridade entre habitação, saneamento e mobilidade. Todos os modais de transportes, fontes energéticas e telecomunicações – e as interconexões existentes entre tais dimensões – complementam o esquadro da infraestrutura econômica e social necessária ao desenvolvimento nacional.

6. Proteção Social, Direitos e Geração de Oportunidades

No mundo contemporâneo, o avanço material das forças produtivas e o amadurecimento das instituições públicas e privadas reforçam a idéia de que garantir direitos, promover a proteção social e gerar oportunidades de inclusão qualificada são não só objetivos teoricamente possíveis como condição necessária a qualquer projeto nacional de desenvolvimento. Visto este movimento em perspectiva histórica, percebe-se que a civilização ocidental constituiu um conjunto de parâmetros fundamentais de convívio e sociabilidade em torno dos quais passaram a se organizar certos direitos civis, políticos e sociais, balizadores da condição humana moderna. Condensados na idéia forte de cidadania, o acesso a este conjunto de direitos passa a operar como critério de demarcação para a inclusão ou exclusão populacional em cada país ou região, portanto, como critério de demarcação para se aferir o grau de desenvolvimento nacional em cada caso concreto.

7. Sustentabilidade Ambiental

A sustentabilidade ambiental é aqui afirmada como dimensão transversal inseparável das demais. Biomas de alta relevância devem ser alvo de proteção e de iniciativas estratégicas. O acesso à água potável e a condições sanitárias adequadas são ativos fundamentais na concepção de desenvolvimento que já se faz imperativa entre os povos do mundo. A conservação das bacias hidrográficas, portanto, deve ser compatibilizada com as atividades econômicas em geral e com os processos em curso de urbanização no mundo. A gestão da biodiversidade e da biotecnologia brasileira se converte igualmente em ativo econômico e político à inserção internacional soberana do país. Por fim, as mudanças climáticas e o fenômeno do aquecimento global devem receber atenção especial e tratamento prospectivo para que se conheçam seus alcances sobre os biomas e a própria humanidade, e para que se formulem políticas preventivas em tempo hábil.